

*Com a devida vénia transcrevemos artigo publicado na edição de hoje do Jornal de Negócios on line*

## **Perda de 65% na dívida grega agrava prejuízos da banca**

André Veríssimo - averissimo@negocios.pt / Maria João Gago - mjgago@negocios.pt

**Por indicação do supervisor europeu, bancos expostos à Grécia tiveram de registar imparidades para esta carteira. BCP e BPI foram os grandes penalizados.**

Os bancos portugueses com exposição à dívida grega, ou seja, o BCP e o BPI, tiveram de reconhecer nos resultados de 2011 uma perda potencial na dívida pública grega equivalente a 65% do valor investido naqueles títulos. O registo desta imparidade resultou de um entendimento da Autoridade Europeia dos Mercados de Valores Mobiliários (ESMA), que a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM fez questão de recordar às instituições financeiras.

A forma exata como a "perda" na dívida da Grécia se vai refletir nos bancos dependerá da opção contabilística de cada instituição. O que parece inevitável é que a recomendação da ESMA vai penalizar ainda mais os resultados do sector, podendo elevar os prejuízos dos quatro maiores bancos nacionais – CGD, BCP, BES e BPI – a mais de mil milhões de euros.

Só o registo da imparidade relacionada com a dívida grega pode roubar um máximo de 500 milhões aos resultados do BCP e de 444 milhões aos do BPI, antes de impostos e para o conjunto do exercício de 2011.

No entanto, este impacto pode não afetar, na íntegra, os resultados, podendo ser abatido diretamente ao capital.

Nos primeiros nove meses de 2011, os dois bancos tiveram opções diferentes no tratamento da exposição à dívida da Grécia – o BCP tem 768 milhões em títulos gregos, enquanto o BPI tem uma

exposição de 683 milhões. No final de Setembro, o banco liderado por Carlos Santos Ferreira constituiu uma imparidade equivalente a 21% do valor das suas aplicações em dívida helénica, que roubou 136,2 milhões aos resultados líquidos. Já o BPI reconheceu a mesma perda potencial de 21%, mas apenas a nível do capital, o que levou à dedução de 100,8 milhões.

Analistas contactados pelo Negócios admitem que o BCP deverá manter a mesma política contabilística, reforçando a imparidade com impacto nos resultados, até perfazer um valor equivalente a 65% da sua exposição à dívida grega. Já o BPI poderá manter o registo dos primeiros 21% apenas em capital, podendo reconhecer o valor remanescente (até chegar aos 65% de imparidade) nos resultados ou diretamente no capital. A decisão do banco de Fernando Ulrich será conhecida hoje, já que o BPI inaugura esta tarde a época de divulgação dos resultados anuais de 2011.

A recomendação para que os bancos reconheçam uma perda de 65% na dívida grega está próximo do nível do perdão que tem vindo a ser negociado entre o governo de Atenas e os investidores privados. No âmbito destas negociações, os bancos detentores de dívida pública podem vir a ser forçados a reconhecer perdas superiores a 70%. A nova percentagem foi avançada na terça-feira pelo ministro das Finanças, Evangelos Venizelos. "Estamos a falar de um envolvimento do sector privado muito superior ao original", disse aos deputados. Recorde-se que a primeira versão da reestruturação da dívida da Grécia, aprovada em Julho último, previa um corte de 21%. No início das novas negociações, encetadas em Outubro, 50% foi o ponto de partida.

02-02-2012